



## DECLARAÇÃO

Pelo presente, declaro ao Setor de Licitações que os serviços relativos a contratação empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra necessários à pavimentação da Rua Beno Dresch neste município de Luzerna/SC, são enquadradas como Obra Comum, conforme determina o art. 6º, inciso XII, c/c com os XXI e XXII da Lei 14.133/2021, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, **atestando regularidade para tal definição.**

Sem mais para o momento, renovamos votos de consideração e apreço.

Luzerna – SC, 26 de fevereiro de 2024.

---

**Arthur Cesar Desidério**

Consultor técnico  
Consultoria Técnica

Consultoria Técnica - Prefeitura Municipal de Luzerna  
Av 16 de fevereiro, 151 | CEP 89609-000 | Telefone: (49) 3551-4700

<sup>1</sup> Art. 6 XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;  
[...]

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); (Vide Decreto nº 11.317, de 2022).